

MUSEU DA PESSOA



Museu da Pessoa

Uma história pode mudar seu jeito de ver o mundo.

Fundação Banco do Brasil - 20 Anos (FBB)

Uma vida dedicada à sociedade

História de [Almir Paraca Cristóvão Cardoso](#)

Autor: [Museu da Pessoa](#)

Publicado em 02/03/2009

Projeto Fundação Banco do Brasil
Entrevista de Almir Paraca Cristóvão Cardoso
Entrevistado por Cláudia Leonor e Aurélio Araújo
Brasília, 31 de janeiro de 2006
Realização Instituto Museu da Pessoa.Net
Entrevista FBB HV015
Transcrito por Écio Gonçalves da Rocha
Revisado por Danyella Xavier Franco

P1 – Bom, então eu vou te pedir pra falar o nome completo novamente, o local e a data de nascimento.

R – Almir Paraca Cristóvão Cardoso. Eu nasci em Paracatu, Minas Gerais, em 24 de agosto de 1962.

P1 – E me fala uma coisa, Paraca não faz parte do seu nome originariamente?

R – Exato, o Paraca foi um apelido que foi agregado ao nome, foi incorporado posteriormente, processo até delicado para se conseguir viabilizar, tem que justificar muito. E eu resolvi fazer porque, pra mim, era muito significativo. Dizia, e diz, respeito a um período da minha vida onde a minha história acabou sendo muito associada com a história da minha cidade. Foi um período em que eu já era funcionário do Banco do Brasil e me transféri para Belo Horizonte. Então o Paraca nasceu como um apelido, como uma referência. A cidade era Paracatu, e com o tempo foi lapidado o apelido, perdeu o "tu" e ficou Paraca. E como significou uma mudança substancial como visão de mundo, como opção profissional e social, política, eu resolvi carregar daí pra frente esse símbolo da mudança, que é o Paraca. Por isso foi incorporado ao nome.

P1 – Eu posso te chamar de Paraca?

R – Pode.

P1 – Então está bom. Continuando, o nome dos seus pais e qual era a atividade profissional deles.

R – O meu pai, Juez Cardoso do Vale, pequeno produtor rural, e a mãe Terezinha Jordão Cardoso. Falar que é do lar, às vezes, pode não ser o mais pleno da palavra, porque a minha mãe sempre foi muito ativa, artesã, sempre teve muita ação de cunho social, mas não teve uma profissão assim além de cuidar dos filhos e da família.

P1 – E você tinha três irmãos?

R – Três irmãos.

P1 – Conta como é que era a dinâmica da casa, a sua infância, os irmãos.

R – Olha, nós nascemos e vivemos os primeiros anos da infância na fazenda, na roça, e mudamos pra cidade já no período, os meus primeiros irmãos estudaram ainda em escolas rurais. Quando entrou no período, quando eu e o meu irmão mais novo fomos pra escola nós mudamos a família toda para a cidade. E foi uma infância muito saudável, no campo, numa cidadezinha pequena do interior onde as pessoas todas se

conheciam. A referência principal era: “Você é filho de quem?”; uma coisa que hoje praticamente desapareceu, talvez exista ainda em comunidades bem pequenas, povoados. Mas foi essa infância rica, com esse contato aberto, muito saudável no interior, os familiares muito próximos. E nós somos de uma família, quase que uma família extensa onde as relações emocionais, humanas, não se restringiam ao campo familiar específico dado o trânsito e a convivência muito próxima numa pequena cidade do interior de Minas.

P1 – Descreve como que era Paracatu nessa época.

R – Era uma cidade conservadora sob o aspecto político, ideológico, cultural, mas uma cidade extremamente agradável, com rios, cursos d’água que cortavam a cidade, que permitiam, ainda eram limpos, não contaminados, que a cidade como um todo utilizava como espaço de lazer. Muitas festas tradicionais, religiosas, que eram, ocupavam o calendário da cidade. Carnaval, um carnaval muito gostoso, muito agradável, com muitos blocos nas ruas. As atividades de então para a criança, para a infância, ainda não tinha televisão, faltava luz elétrica constantemente, a energia caía, não tinha uma regularidade no fornecimento. Assim, as brincadeiras eram aquelas brincadeiras tradicionais, os brinquedos quase sempre feitos pelas próprias crianças ou pelos familiares que auxiliavam com muita criatividade para ocupar o tempo, para inventar brincadeiras e ocupações. Portanto, um ambiente muito, realmente, muito saudável. Eu guardo da minha infância e de Paracatu onde eu nasci e vivi os meus primeiros anos e aprendi a enxergar o mundo por essa lente de muita amabilidade, de muito respeito, uma vida muito tranquila, muito agradável.

P2 – Você frequentou a escola em Paracatu?

R – Sim.

P2 – Como que era essa escola?

R – Eu participei, fiz meus primeiros estudos na escola pública, Escola Estadual Dr. Sérgio Ulhoa, muito próximo da minha casa, no bairro onde eu morava. E assim, meus colegas da escola eram os meus colegas de vizinhança. Não tinha separação por classe econômica ou qualquer outra forma de segmentação. Então foi um período também muito interessante. As professoras, todas mulheres, muito amáveis, muito dedicadas, apesar de que a qualidade do ensino público naquele momento já estava num processo de deterioração. A escola pública já havia sido, lá mesmo em Paracatu, anos atrás, décadas atrás, aquela escola pública que a gente ainda persegue onde as principais, as melhores escolas disponíveis no país eram as públicas. Infelizmente, já estávamos vivendo um período de transição onde a qualidade migrava para as escolas particulares, e, em Paracatu, a escola particular de então era uma escola de orientação católica, Colégio Dom Eliseu, que mais tarde até vim a estudar por um período nessa escola.

P2 – Você saiu da escola estadual e foi pro Colégio Dom Eliseu, é isso?

R – Isso.

P2 – E lá você foi até o segundo grau?

R – Eu fiz quinta e sexta série, metade da sexta série no Dom Eliseu. Aí mudo para Brasília, fico um ano aqui, na escola pública de novo e volto, termino a sétima e a oitava no Dom Eliseu e depois vou novamente para a escola pública, Colégio Estadual, em Paracatu. Eu faço segundo grau na Escola Estadual.

P2 – Como é que foi sua vinda para Brasília?

R – Meu irmão havia passado no vestibular aqui pra Engenharia Civil na UnB e a minha irmã, que é a segunda irmã, ela chegou num período também de fazer vestibular. Então aí, minha família muda pra Brasília com esse propósito de, dois irmãos já na faculdade, os outros dois vieram juntos. Mas acabou que não deu certo. A minha irmã tinha um problema, já tinha nessa época um problema sério. Ela desenvolveu hidrocefalia e passou por muitas intervenções cirúrgicas penosas demais e estava num momento que ela não conseguiu de fato dar continuidade aos estudos. E aí minha família avaliou que não justificava o esforço todo só por causa do meu irmão que estava na faculdade. Ele poderia continuar aqui sozinho, com os amigos, os parentes, e assim se deu. Nós retornamos então a Paracatu.

P1 – E lá em Paracatu, você já adolescente, Paraca, quem que era o seu grupo de amigos, vocês costumavam sair?

R – Na adolescência, eu desde cedo tive uma postura, não sei se é chato dizer isso, mas é de liderança. E o primeiro espaço onde eu exercitei um pouco essa característica foi na Igreja, nos movimentos de jovens da Igreja Católica. Aí me transformei num líder. Primeiramente eu fui vicentino, Sociedade São Vicente de Paula, que é uma sociedade antiga, que já tinha todo um arcabouço teórico e uma proposta de intervenção muito clara, muito definida, e que foi importante pra mim essa experiência. Eu entrei numa organização já com suas regras, com seus procedimentos, e deu um pouco essa noção de organização social já, ou seja, para se fazer uma intervenção social eu comecei a entender que você precisava dominar alguns conceitos, estabelecer normas e regras. Então já tinha eleição pra diretoria, já tinha esse aspecto da representação, e atribuições para quem ocupava esses espaços de direção. Aí começa uma fase interessante da minha vida que é assim minha relação com a Igreja. Eu fui crescendo, ocupando espaço no ambiente, tanto no ambiente mais formal dos cultos, das atividades relacionadas com o culto mesmo da Igreja quanto com essa atividade social, a ação da juventude, a organização dos eventos, dos encontros de jovens, momentos de reflexão e também momentos de ação efetiva na comunidade através, principalmente, da ação da Sociedade São Vicente de Paula.

P1 – O quê que te apaixonava nessa ação que você fazia?

R – Eu tinha um questionamento de fundo que na verdade me agradava muito, que me embalava, que era, assim, na verdade eu queria entender. O tempo inteiro eu acho que eu buscava entender o porquê das diferenças sociais. Desde criança, na roça ainda, meu pai tinha vários agregados e nós brincávamos. Nossos amigos eram os filhos dos agregados, dos trabalhadores na roça. E como criança a gente não entendia porque que a gente tinha determinado tipo de roupa, de calçado, e os meninos andavam descalço a maioria deles, com roupas muito simples, senão sempre rasgadas, que de fato não era isso mas já percebia uma diferença, não eram as que nós usávamos. Os brinquedos não eram os mesmos. Toda essa diferença já me intrigava. Assim, na Igreja foi um espaço onde eu encontrei de começar a trabalhar essas questões, uma vez que, a mensagem cristã é uma mensagem de fraternidade universal, de igualdade, de solidariedade. Então foi uma oportunidade de tentar formular uma compreensão do mundo, porque que o mundo não respondia a esses apelos, à proposta cristã, e uma tentativa de construir uma ação que desse resposta a esses questionamentos. Nesse caso, a paixão era uma paixão muito romântica, efetivamente romântica, idealizada, que eu me entreguei de corpo e alma durante um bom tempo, e foi muito importante na minha compreensão do mundo, nas opções que eu fui fazendo ao longo da vida.

P1 – Você tinha quantos anos nessa época?

R – Eu tinha, comecei com o quê? 11 anos, 12 anos, quando começo esse trabalho já de participação na Igreja, e também com o movimento estudantil, grêmio estudantil. O trabalho ainda muito incipiente nesse ambiente da escola, mas, nessa idade, também eu já começo a ir às pecinhas que a gente representava, os jornaizinhos que fazia, até a eleição do grêmio que já foi um processo também de participação, de elaborar propostas e defendê-las. Na Igreja, teve um episódio interessante também, que chegou um bispo na cidade, lá era sede de diocese, ainda é, e chegou um bispo conservador. Nós já tínhamos uma certa caminhada com a Teologia da Libertação e chegou um bispo conservador naquele processo mesmo de Roma intervir na Igreja brasileira. Nesse processo veio um bispo que era um burocrata brasileiro e tudo, mas estava em Roma muitos anos, tinha feito carreira burocrática em Roma. E esse bispo chegou com algumas atitudes muito autoritárias. E nós, desde o primeiro momento, gravitávamos, variávamos entre o respeito à autoridade, que era uma coisa também importante pra gente naquele período, ainda muito adolescente, mas o questionamento também, não aceitava pura e simplesmente só porque o bispo dizia ou orientava e intervia em algumas ações que nós, com muita liberdade, sempre fizemos. Então já começa um atrito também com a autoridade. Um questionamento à autoridade, mesmo na Igreja, já começou cedo.

P1 – A gente está registrando, o quê que é a Teologia da Libertação?

R – A Teologia da Libertação é uma visão latino-americana construída por religiosos cristãos não só da Igreja Católica na América Latina, uma tentativa de atualizar a mensagem do evangelho. E a Teologia da Libertação partiu de uma grande pergunta, como ser cristão numa sociedade de crucificados?, ou seja, olhar a realidade do brasileiro e latino-americano, perceber a injustiça social, as grandes desigualdades estruturais, a injustiça estrutural, a concentração de riquezas e tal, a exclusão social, e perguntava qual seria a postura do cristão, qual deveria ser a postura do cristão diante dessa realidade. Ela nasce num ambiente de arejamento, de abertura da Igreja Católica como um todo à partir do Concílio Vaticano II, o Papa João XXIII, e a Igreja latino-americana aproveita esses ares de abertura e avança propondo uma intervenção sistemática da Igreja no ambiente social e político como compromisso do cristão para tentar traduzir a mensagem do evangelho numa mensagem efetiva, real, não puramente idealizada.

P1 – Mas aí um tempo depois tem a reação de Roma.

R – Exatamente. Roma reage, interfere, muda pessoas na hierarquia, interfere efetivamente na hierarquia da Igreja latino-americana, mas de fato a Igreja enriqueceu com as propostas da Teologia da Libertação. Hoje, apesar da reação conservadora, ainda tem, ainda sobreviveu muitas ações que têm essa orientação em toda a Igreja latino-americana, e a brasileira também.

P1 – E aí, com 15 anos você ingressa no Banco do Brasil lá em Paracatu?

R – Minha história com o banco é engraçada, parece assim que eu, não sei se eu perseguia o banco ou se o banco me perseguia porque, aos 13 anos foi a primeira oportunidade que eu tive de ingressar no Banco do Brasil como, na época se chamava menor estagiário. Através desse trabalho na Igreja eu entrei em contato com o gerente do Banco do Brasil que participava também dos movimentos de Igreja, e ele se propôs a me ajudar a arrumar um trabalho e tal. E aí eu comecei a fazer então os testes no Banco do Brasil para ser admitido. Eu fui selecionado e tal, e estava em processo de ingressar no banco quando a minha família muda pra Brasília. Chegando em Brasília coincidentemente na escola, escola pública também, teve um processo de seleção pro mesmo fim, pra entrar como menor estagiário no Banco do Brasil. Eu novamente fui selecionado, fui indicado e tal, fui selecionado. Quando estava pra entrar no banco a minha família volta pra Paracatu. Aí chegando lá passa um tempo, de novo o processo seletivo no banco. Aí eu fui selecionado e ingressei como menor aprendiz no banco em Paracatu, isso quase dois anos depois da primeira seleção.

P1 – E aí, você começa a trabalhar na agência em Paracatu?

R – Isso.

P1 – Fazendo o que?

R – Olha, essa atividade de menor aprendiz é uma atividade que a gente chama de Office-boy. Fazia de tudo, pequenas tarefas no cotidiano da agência apoiando as atividades dos demais funcionários, sempre atividades internas. Teve um período que eu trabalhei entregando correspondência nas ruas de bicicleta. Era engraçado que tinha uniforme azul, azul claro, e isso nos identificava em qualquer lugar da cidade que você ia andar porque era uma cor inusitada, não tinha, ninguém usava aquela cor na cidade. Tinha um brilho. Então onde a gente andava o pessoal

dava notícia da gente. Tinha que tomar um certo cuidado pra não fazer nada errado porque senão ia certamente ser identificado e aparecer porque o uniforme denunciava.

P1 – Tem alguma traquinagem dessa época assim?

R – Tinha muitas brincadeiras internas com os funcionários, mas mais dos funcionários conosco. Eu nunca esqueço de um episódio. Logo que eu entrei no banco o chefe imediato lá me chamou e me pediu pra ir num outro banco buscar o alicate de puxar saldo. É uma brincadeira, não existia essa. Mas muito obediente e tal, não questioneei nada, fui na outra agência buscar. Quando cheguei lá procurei a pessoa que ela indicou, falei da missão que eu estava com ela. Então tinha dessas coisas. Aí quando volto e falo: “Olha, o alicate não estava lá não”. Eles já tinham o grupo lá todo organizado para receber e aquela brincadeira toda. Máquina de achar diferença, essas coisas que nunca existiam e você ficava uma tarde inteira procurando: “Vai em tal lugar, vai no outro, olha lá no almoxarifado”.

P1 – E aí como que você desenvolve a sua carreira dentro do banco?

R – Bom, esse ambiente do Banco do Brasil foi um ambiente muito bom, saudável e que também foi muito importante na minha formação de uma maneira geral. Primeiro, os funcionários do Banco do Brasil nesse período era mais forte do que hoje, um senso de família. Até ainda se fala, hoje bem menos, da família Banco do Brasil. Eu até brinco com algumas pessoas que tinha alguns aspectos que parecia assim que era uma organização como a maçonaria, de apoio mútuo, de reconhecimento. Onde você chegava, em qualquer cidade, sendo funcionário do Banco do Brasil você sabia que, havendo funcionários do banco naquela cidade na ativa, trabalhando ou aposentado, você tinha a quem recorrer, sempre seria atendido, bem acolhido. Então a organização Banco do Brasil é e já foi mais uma organização muito forte nesse aspecto da afetividade e desse senso de grupo que tinha uma identidade muito forte, muito específica. E nesse ambiente, além desse ambiente com essa afetividade muito forte, tinha também um ambiente com compromisso ético e um senso de serviço público muito forte, muito delineado, muito definido. O Banco do Brasil, para os seus funcionários, era uma empresa que contribuía para a promoção do desenvolvimento nacional, levava e permitia o acesso a recursos públicos fundamentais para dinamizar a economia nas pequenas localidades, nas pequenas comunidades. Esse era exatamente o caso em Paracatu, um banco que trabalhava com fomento, um banco que apoiava o pequeno agricultor, o agricultor familiar. Então era muito comum, assim, chegar no banco naquele período um pequeno agricultor com uma galinha amarrada pelos pés, viva, um presente que ele trazia, queria agradar os funcionários da agência ali e a gente explicava: “Olha, nós não podemos receber, apesar de ser muito grato, agradecer muito o seu gesto, sua intenção, mas a gente não pode receber presente aqui”. E era muito difícil das pessoas entenderem isso porque era uma relação com o Banco do Brasil entre os agricultores também, os pequenos pecuaristas, assim de muito respeito inicialmente e de muita gratidão porque era uma relação que ajudava efetivamente a promover a economia e os pequenos empreendimentos no meio rural.

P1 – E você ingressando no Banco do Brasil, o quê que significava também em termos de estabilidade, assim, alguém incentivou? Você fez três concursos, né?

R – Não foi exatamente concursos. Era um processo seletivo menos formal. É, sempre teve essa imagem da segurança. Ser funcionário do Banco do Brasil era a possibilidade de ingressar numa carreira profissional que garantia estabilidade, segurança, assistência médica, ou seja, estava com a vida feita, virava um bom partido para as meninas. Era realmente uma imagem de segurança e de projeção, de status. Ser funcionário do Banco do Brasil conferia status, hoje também muito menos do que antes, mas nas pequenas cidades do interior do Brasil o funcionário do Banco do Brasil era quase que uma autoridade. Tinha os professores, tinha os juizes, tinha os padres e as lideranças políticas formais, e os funcionários do Banco do Brasil eram tidos como elite entre as autoridades, por assim dizer, do município. Eram pessoas que, em função da aprovação no concurso, eram respeitadas como detentoras de um conhecimento que se destacava da média. Invariavelmente tinha muitos professores entre os funcionários do Banco do Brasil que, além da atividade de bancário, exercia a atividade de educadores, professores, normalmente nas escolas públicas. Assim, esse status era um status muito comum. Então você se inseria nessa comunidade respeitada, uma comunidade valorizada. Só que nesse momento, quando eu entro no banco eu entro como menor aprendiz, não era ainda funcionário de carreira do banco. Foi num segundo momento, quando eu faço o concurso e não chego nem a sair do banco porque esse contrato do menor estagiário vai até os 17 anos e 11 meses, você não pode completar 18 anos no cargo. Mas como eu passei no concurso antes completar a idade eu não cheguei a sair do banco. Logo, quando completei 18 anos já fui automaticamente promovido, aí sim, para a carreira efetiva do banco.

P1 – O que mudou na carreira efetiva _____?

R – Olha, antes disso acho que é bom registrar o seguinte, que eu não queria continuar no banco. Apesar de tudo isso, dessa coisa que destacava e realmente tinha um apelo muito forte. Pra pessoas da minha idade era muito comum fazer referência a essa possibilidade e trabalhar sério pra tentar passar no concurso do banco. Mas eu tinha idéia, eu queria sair de Paracatu, eu queria estudar. Eu sempre tive assim uma vontade muito grande de continuar estudando, e, pra mim, ficar no banco estava associado em continuar em Paracatu ou continuar trabalhando em pequenas cidades, e não trabalhei muito com a perspectiva, como acabou acontecendo, de me transferir para um grande centro ainda como funcionário e fazer os estudos conciliando o trabalho no banco e os estudos.

P1 – Em que ano que isso aconteceu?

R – A transferência acontece em 82, aí eu transfiro para Belo Horizonte. Que tem um outro episódio aí. Aí, são essas minhas tendências ou correntes que sempre estiveram presentes na minha vida, porque quando eu entro no banco como menor estagiário e continuo o trabalho na Igreja. Isso derivou para uma decisão de ser padre. Aí, depois que eu passo no concurso do banco já, que estava estabelecido na carreira profissional, é quando manifesta essa vontade mesmo de entrar pra vida eclesial, religiosa. E aí a idéia era assim, vou sair do banco. Primeiro, eu não queria fazer o concurso porque eu queria sair. Depois, eu faço o concurso, fico e tal. Bom, agora já estabilizado vou sair do banco porque eu vou pro seminário. Mas muita gente do banco, meus colegas do banco, meus familiares, meus amigos, eu não encontrei ninguém pra me

incentivar assim: “Não, vai mesmo. Só toma cuidado, você está num cargo...”

P1 – A senhora sua mãe _____

R – Minha mãe, meus pais de fato ficaram divididos mas também pediram para ponderar, pra refletir bem, porque era uma atitude assim radical. Eu ia abandonar um emprego estável, promissor, que conferia status e tal, pra fazer uma aposta num caminho completamente distinto, diferente, que era a vida religiosa. Mas como eu estava muito envolvido com isso e cheio de argumentos, muito seguro, eu ia derrubando todos os argumentos que me apresentavam. Mas, apesar disso, eu resolvi ouvir então e tentar conciliar os dois apelos, um apelo de entrar pra vida religiosa, começar a estudar filosofia, teologia, e ficar no banco, uma certa estabilidade, até me definir com mais clareza. Se bem que naquele momento eu não tinha dúvida, mas resolvi assim conciliar as duas correntes, a minha vontade de ir pra vida religiosa e tentar também confortar as pessoas de que eu não ia fazer nem uma aventura. Aí, me transféri para Belo Horizonte com esse propósito de continuar os estudos, aí já os estudos pra, eu ia fazer vestibular para Filosofia e depois faria Teologia, era o tempo que eu ia acabar me decidindo. Eu não ia ser padre antes de fazer os estudos. Então resolvi fazer desse jeito. Mas ao mesmo tempo namorava, já tinha, a minha esposa hoje já era minha namorada. Logo tinha conflitos os mais diversos. E, ao fazer o vestibular, já em Belo Horizonte, ao fazer o cursinho pré-vestibular, estudando um pouco da história da Igreja, eu me decido que não mais ia ser religioso. Eu falei: “Eu não quero servir a essa Igreja que tem esse passado”. Eu não conhecia a Santa Inquisição, as Cruzadas. E foi muito impactante travar contato com essa realidade. Aí eu fui fazer História porque, pra mim, fazer Filosofia estava associado com fazer Teologia na seqüência. Bom, já que eu não vou por esse caminho, mas queria ficar na área de Humanas que eu gostava, optei por fazer História. E eu entro pra faculdade, UFMG, fazer o curso de História. E ao mesmo tempo entro no movimento sindical bancário e entro pra militância política. E daí pra frente é uma confusão só.

P1 – E tem o lado poeta também

R – Tem o lado poeta que...

P1 – Como todo bom mineiro.

R – Está presente nesse... Aliás, ele aparece, está presente desde esse período do trabalho no movimento estudantil, no movimento de base da Igreja com os jovens, mas ele realça quando eu entro pra faculdade e que nós criamos um grupo de poetas que pretendia assim fazer militância cultural. Então organizamos um ateliê, e aí tinha não só poetas, mas tinha escultores, pintores, tecelões, era um ambiente muito agradável. Aí, eu passei a trabalhar com serigrafia também, com desenhos, com artes gráficas, uma coisa que eu já fazia antes e tinha parado. Foi um momento bonito também e intenso, porque poesia é muito forte e essa intensidade da poesia acabava contaminando as outras ações todas. É um momento bonito que influenciou a atividade social, sindical, política. Na verdade, a primeira fase da militância está muito relacionada com atividades culturais e artísticas nesse ambiente social.

P1 – Dentro da Universidade?

R – Dentro da Universidade, no sindicato, no partido.

P1 – Como que começa a sua atuação no sindicato?

R – Bom, eu me transfiro pra Belo Horizonte no banco e aí lá no banco aquele ambiente reivindicatório que pra mim era muito novo, não tinha contato com isso. Mas sempre fui muito bisbilhoteiro, então assim, quero saber de tudo. Vai ter assembleia de sindicato, vou lá ver o que é isso. O pessoal panfletando na porta da agência onde eu trabalhava. Eu trabalhava na compensação de cheques, que era um ambiente muito politizado, muito crítico porque era um trabalho noturno, e normalmente as pessoas tinham outras atividades, quem estava ali na compensação de cheque não era só bancário. A gente tinha uma atividade de dia e uma atividade de noite, gente que ralava muito. Então era um ambiente muito crítico, muito politizado. Aquele ambiente me incentivou a começar a entrar nesse universo. Aí vou na primeira assembleia. Na primeira assembleia já vou lá também dar meus pitacos. Aí o PCdoB me ganha, percebeu: “Oh, tem uma liderança ali, um potencial”. Aí chegaram, encostaram, me ganharam para o partido. Eu fico pouco tempo no PCdoB porque logo descobri que pra mim, fiz um esforço grande pra sair da Igreja, romper com uma certa doutrinação, e caí em outra Igreja, caí no PCdoB que ainda tinha aquelas regras muito doutrinárias, muito rígidas. Aí logo saio do PCdoB, aí vou para o PT, isso ainda em 82.

P1 – Qual era o contexto político dessa época, Belo Horizonte _____?

R – Era ainda, o período que antecede a, quer dizer, já se respirava um processo de abertura democrática, um período que antecede o Movimento das Diretas, Constituinte. Por isso, era um ambiente muito propício para a militância cultural e social, política. Tinha uma efervescência muito grande a luta pela abertura política, pela redemocratização do país. E, nesse ambiente, é que eu atuei em Belo Horizonte, coincide exatamente com esse período, até quando eu concluo o meu curso de História da faculdade, aí retorno.

P2 – Só retomando a questão um pouquinho. Sai de Paracatu concursado, já trabalhando, para Belo Horizonte. Como que era sair de Paracatu, que era uma cidade pequena, teve um contato com Brasília, e de repente morar em Belo Horizonte, a capital do estado? Como é que foi essa, houve um choque pra você em termos de vivência?

R – Sim, um choque cultural intenso, menor do que foi quando eu vim pra Brasília. E eu achava que ia se repetir um pouco essa dinâmica social que eu conheci em Brasília nas idas de 76, que também tinha uma ebulição política intensa nesse período, mas eu não participava que eu era muito novo. O meu irmão sim, já estava naquelas greves na Universidade, a resistência política na Universidade, mas eu não participei disso nesse momento, nem não entendia, não tinha descoberto esse campo ainda. Mas chegando em Belo Horizonte eu tive uma grande surpresa porque Belo

Horizonte é muito distinto de Brasília, é mineiro. Eu achei, bom, eu vim pra uma cidade grande, capital, mas me sentia muito, era muito familiar, as pessoas solícitas, ao contrário do que eu senti em Brasília assim, muita frieza nas relações, muito distanciamento. E em Belo Horizonte isso não acontecia, é muito familiar a mineiridade, o trato. Então isso foi muito legal, apesar de sentir muito a falta daquele convívio mais modesto. E, em Belo Horizonte, você não tem identidade. Eu acho que o grande choque foi esse. Na minha cidade, eu tinha identidade e as pessoas me conheciam. Onde eu andava todo mundo sabia quem eu era, e eu chego em Belo Horizonte e viro um grande anônimo na multidão. Isso mexeu comigo de fato. E eu tinha um propósito assim que eu voltaria também pra Paracatu, eu tinha certeza que eu ia voltar. Achava que eu ia voltar como padre quando eu saí, mas eu sabia que eu ia voltar de alguma maneira. Depois eu desisti do caminho religioso. Eu não sabia exatamente como nem porquê vias, mas a minha idéia era voltar pra minha cidade e aplicar um pouco dos conhecimentos, aquilo que eu aprendi. Mas chegando em Belo Horizonte eu estava vivendo esse momento também assim de busca. Aí quando quebra as minhas convicções religiosas, a minha determinação no caminho religioso, eu fico um período assim um pouco sem chão, mas com muita interrogação e com muita busca de conhecimento, de contatos. E o curso de História ajudou muito porque ampliou os horizontes, eu passei a entender um pouco de como é que a sociedade se organiza, e veio atender, de fato, essa natureza um pouco investigativa, de conhecer o mundo, de conhecer sobre as relações humanas que estavam muito associado também com... A investigação religiosa tinha um componente mais filosófico, místico. Com a História, isso migra um pouco pra Sociologia, pra Economia, pra Política, pra própria História, diversifica o campo de investigação, mas não deixa de ter essa abordagem de compreensão do mundo, das pessoas, e sempre relacionado com essa possibilidade de se fazer intervenção social. Essa é uma constante que migra do campo religioso para o social e político com mais intensidade, mas permanece.

P2 – Já era Paraca nessa época?

R – Não, o Paraca começa a nascer em Belo Horizonte no movimento sindical, no próprio banco e nesse ambiente da Universidade, da ação cultural, política também, na Igreja. Aí depois eu volto, porque eu passo um tempo afastado da Igreja, até me confessei por um período, ateu. Depois que eu vim compreender que não era de fato ateu, eu queria dizer que eu era agnóstico, mas ainda não sabia disso. Mas depois volto pra Igreja, reatado com a Teologia da Libertação e continuo. Aí, em Belo Horizonte eu atuava no sindicato nesse movimento poético, cultural, mais no campo da Universidade e do sindicato também, no partido político, no PT e nas comunidades de base da Igreja Católica, aí já na periferia. Tínhamos uma, tinha uma favela em Betim e a gente atuava com um grupo de padres e de freiras, chamava PTB, Posto Telefônico de Betim, que era uma favela que nasceu ao redor de um posto telefônico.

P1 – E como é que, com toda essa atuação em Belo Horizonte, voltar pra Paracatu? Como é que se deu esse processo?

R – Bom, primeiro assim, a facilidade do banco, que o banco conferia. Quando eu me transféri para Belo Horizonte estava sendo instalado um Centro de Processamento de Dados do Banco do Brasil em Belo Horizonte, então eu me transféri pra lá. Fui o primeiro funcionário que chegou no Centro, chamava CESEC [Centro de Processamento de Serviços e Comunicações], centro de processamento de dados do banco. Foi muito interessante porque teve um concurso, tinha havido um concurso do Banco do Brasil em Belo Horizonte poucos meses atrás. Assim, os funcionários que foram tomando posse lá no CESEC era a grande maioria de universitários. Logo, entrou uma moçadinha muito nova, quase todo mundo universitário. Então era uma ebulção, uma efervescência, um ambiente muito interessante, era quase uma extensão da Universidade que estava ali no Banco do Brasil. Havia muita crítica, muita contestação, muito questionamento, muita discussão, muita conversa, e nas greves isso era uma ebulção total, a representação interna dos setores, as comissões internas de prevenção de acidentes. Era muito rico, um ambiente também politizado, crítico. Eu vivi isso intensamente nesse período em Belo Horizonte. Além disso comecei a fazer Yoga, estudar música, artes gráficas. Eu transitava entre muitos ambientes, o banco, o ateliê, a Universidade, o sindicato, o partido, a Igreja, esse outro ambiente mais cultural, muitos eventos, muitos shows. Então Paraca é o fruto disso, o Paraca nasce, é uma identidade que foi criada nesses ambientes todos. Assim, quem me conhecia em todos esses ambientes conhecia o Paraca. E quando eu voltei eu fiz questão de voltar com Paraca porque o Paraca existia em Belo Horizonte, não existia na minha cidade, que era pra tentar demonstrar isso: “Olha, a pessoa que está voltando não é aquela que saiu. Eu saí Almir Cristóvão Cardoso e estou voltando Almir Paraca”. Nem era Almir Paraca, era Paraca. Foi algo assim, tinha um tom jocoso, incompreendido para grande maioria. Ninguém entendia aquilo, não se dava conta daquilo. Mas no círculo mais próximo as pessoas que me conheceram antes e que tinham referência comigo começavam a querer entender isso: “Mas que história é essa, que Paraca é esse, quem é Paraca, pra que isso?”. E era uma maneira interessante de eu começar a demonstrar o simbolismo daquilo, que eu estava chegando com uma bagagem enriquecida de conhecimentos, cultural, e que a intervenção que eu fazia antes, que estava circunscrita no ambiente da Igreja, que agora não era mais na Igreja, era mais ampla, era na sociedade. O Paraca é o símbolo disso.

P1 – E aí, voltando para Paracatu, como é que você vai pra prefeitura? Vou fazer um salto talvez aí, mas...

R – Bom, volto pra Paracatu, aí entro nesse trabalho social mais amplo, de natureza cultural. Continuo dialogando com a Igreja, mas não por dentro. Continuei sempre muito próximo, amigo dos padres, das lideranças religiosas, mas começa a destacar essa ação no campo cultural e social. Daí, tive um período como professor na Faculdade de História lá do município, depois saio da faculdade e me detenho mais no campo social e político, aí me elejo vereador. Quando eu elejo vereador, aí já começa um vínculo interessante com a Fundação Banco do Brasil.

P1 – Eu queria que você falasse do Homem do Campo.

R – Antes disso.

P1 – Antes?

R – Antes. Eu conheci a fundação pelos comunicados internos do banco e gostei demais daquela ideia. “Que legal, o banco criou uma entidade, um organismo, pra cuidar especificamente do social”. Ainda era muito forte o trabalho do banco com os pequenos agricultores, mas era negócio, era empréstimos e tudo, e a fundação sinalizava para um trabalho diferente que remetia muito para o trabalho da Sociedade São Vicente de Paula

que eu tinha feito antes. Aí quando surge a oportunidade de candidatar a vereador, fruto natural desse processo todo de envolvimento, de trabalho social, nós quisemos fazer uma campanha que também fosse, que ela conseguisse retratar toda essa história, todas as ideias que estavam agregadas em toda essa história do Paraca que tinha voltado. Então concebemos uma campanha que tivesse forma e conteúdo completamente distinto do convencional. Assim, na forma, nós resolvemos criar um personagem. O candidato seria um personagem, não seria uma figura, pra tentar quebrar com essa história da personalização que é comum em todos os candidatos. E o personagem era um palhaço, aí com toda a história, que o palhaço resolveu candidatar porque estava perdendo público para os políticos tradicionais. O povo estava rindo das trapalhadas e palhaçadas dos políticos e não ia mais no circo. Aí o palhaço resolveu dar o troco: “Bom, já que eu estou perdendo o público para os políticos, eu vou entrar então na seara deles e vou denunciar que essa coisa está errada. Lugar de palhaçada não é na política, é no circo. Palhaçada na política faz mal, palhaçada no circo faz bem”. E o palhaço já existia, que nesse processo cultural a gente tinha, já há muitos anos, constituído um bloco de carnaval que era liderado por um palhaço e que eu era o palhaço que fazia essa _____. E também fazia animações de festas, algumas atividades de rua, algumas intervenções de rua. Logo, o palhaço nasce assim. E no conteúdo, aí entra a relação com a Fundação Banco do Brasil. Eu tinha gostado tanto da ideia da fundação que eu resolvi constituir uma fundação. Então a proposta do candidato era o seguinte, era, sendo eleito utilizaria todo o salário do cargo para desenvolver um trabalho social na cidade. E assim se deu, fui eleito vereador, implantamos o trabalho que logo em seguida se transformou na Fundação Consciência e Arte, de alguma maneira inspirada na Fundação Banco do Brasil, é por isso que é fundação. Eu não tinha a dimensão da complexidade que é uma fundação, se soubesse não tinha feito dessa forma. Mas fizemos inocentemente embalados com essa ideia. Mas o que estava aí era a tentativa de constituir uma organização que acolhesse aquelas ideias e aquelas propostas de intervenção cultural, social e política e desse identidade pra isso, e mais uma vez, despersonalizada. Assim, aí há um corte entre Fundação Consciência e Arte e Paraca, que o Paraca institui a fundação, mas a fundação não está a serviço do Paraca, ela começa a ter vida própria com as diretorias e tal, e eu sempre fiquei apoiando os trabalhos, ajudando a conceber, propor e tal, mas num colegiado de discussões. Aí, depois de dois anos de trabalho como vereador eu fui eleito Deputado Estadual e, depois de dois anos de Deputado Estadual, eu fui eleito Prefeito. Aí, o deputado sai de novo da cidade, fico dois anos. Enquanto vereador eu continuei trabalhando no banco porque continuei vivendo do salário do banco e o salário do vereador era para o Consciência e Arte. Aí, quando eu me elejo deputado eu saio do banco, me licencio porque tinha que ir pra Belo Horizonte de novo e tal e fico dois anos lá e volto pra ser candidato a prefeito. Me elejo e aí volto de novo pra Paracatu. Então daí pra frente eu fiquei fora do banco no mandato de deputado, no mandato de prefeito. E dois anos depois que termina o mandato de prefeito eu continuo de licença, aí já por interesse, fazendo um trabalho de desenvolvimento sustentável regional na região nossa lá, na bacia do Rio Paracatu.

P1 – Eu queria que você falasse, Paraca, do contexto do Homem do Campo. É um programa da fundação, né?

R – Exato. Eu entrei em contato com as ações do Homem do Campo ainda como Deputado porque Paracatu tinha sido selecionada para ser o piloto do programa, com o prefeito que me antecedeu. E eu tinha interesse no banco, no trabalho da fundação e na cidade, na região. Me aproximei da fundação para entender a proposta qual que era e acompanhamos esse processo um pouco à distância porque eu não era, não tinha um canal direto de participação, mas acompanhando como um deputado com origem no Banco do Brasil, vinculado no Banco do Brasil, com interesse no trabalho social do banco e da fundação. Aí quando eu assumo a prefeitura o Homem do Campo estava em pleno curso, uma grande parte das atividades por serem concluídas, em processo de fato. E foi muito bom, a administração ganhou muito com esse trabalho. Foi interessante também porque foi um elo de continuidade da gestão anterior, apesar de sermos opositores, adversários. E é muito interessante mesmo porque isso é muito pouco comum. Normalmente, você sepulta tudo que o anterior fez, principalmente quando ele é adversário, e começa a imprimir uma marca própria. Assim, herdei um programa dessa magnitude que nem se quisesse poderia fazer isso. Então tinha uma dinâmica da administração anterior que, de alguma maneira, invadiu a nossa gestão. Mas foi muito bem acolhido também por ser um banco, pela natureza das propostas da fundação, e era um parceiro que nós, desde o primeiro momento, ficamos extremamente satisfeitos, felizes com a oportunidade da parceria. E desdobrou, o projeto evoluiu em muitas e muitas ações, além das inicialmente concebidas. Nós propusemos adaptações, reformulações, ampliações, e a fundação acolheu essas nossas solicitações. Quer dizer, teve conversas, debates, discussões. Nós fundamentamos as proposições, ampliamos um pouco do ambiente quase que exclusivamente educacional para ações de cunho produtivo efetivamente, que era uma proposta inicial do programa, mas que até o momento não havia sido aplicado. E então a relação com o programa Homem do Campo deu visibilidade pra nossa gestão e abriu outras portas, associado também com uma ação que ganhou visibilidade, que foi o trabalho com as crianças. E aí a bolsa-escola, uma parceria que nós fizemos com a ONG Missão Criança do Ex-Governador Cristovam Buarque, nesse momento ele tinha saído do Governo e nos ajudou a implantar a bolsa-escola na prefeitura. Assim, nós tivemos o compromisso que metade das famílias atendidas seriam atendidas pela prefeitura, com recurso da prefeitura, e metade seria atendido pela Missão Criança com doações de pessoas físicas, empresários, voluntários, quem quisesse. Logo, as três grandes marcas da nossa gestão é o Homem do Campo, a implantação da bolsa-escola e toda a ação de tentar dar visibilidade, nacional inclusive. Nós chegamos a fazer em Paracatu o Primeiro Encontro Nacional das Experiências de Bolsa-Escola do Brasil com várias prefeituras e governo de estado. Tinha dois governos de estado, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais, que já tinham, e umas parece que 15 prefeituras que também já tinham bolsa-escola. E o outro trabalho no campo da reforma agrária, que também conseguimos assentar, junto com o Incra, 700 famílias nesse período de quatro anos. Foi algo assim impactante no município. Então era educação, produção agropecuária com agricultores familiares, reforma agrária, ação na saúde também, bastante programa de saúde preventiva, saúde da família, são as marcas da gestão. E a fundação participou de várias ações dessas, várias, não só do Homem do Campo, mas de outras ações da administração, que a parceria foi se expandindo.

P2 – Qual o período que você esteve Prefeito de Paracatu?

R – 1997 a 2000.

P2 – Ao final dessa gestão você retorna ao banco?

R – Não, eu fico, eu não retorno ao banco. Eu tinha uma necessidade de ter tempo livre logo que eu saí da prefeitura até pra organizar minha cabeça. Gerir uma cidade daquelas dimensões nas circunstâncias que nós fizemos é algo absolutamente impactante, e apesar de eu ser, sempre ter

sido muito centrado, muito seguro, muita clareza do que quero, do que posso, eu não fui reeleito. Eu tive a reeleição como Prefeito e não consegui, e aí tive que ficar um tempo cuidando até de administrar esse saldo que é perder uma prefeitura, e muita gente que sai da administração, as pessoas desempregadas. E fiz um papel assim de tentar auxiliar as pessoas a reconquistar algum espaço, ter equilíbrio pra tocar sua vida, tentar ajudar a encontrar caminhos pras pessoas. E isso, de alguma maneira, eu sacrifiquei o meu lado pessoal para, no sentido assim da liderança que como liderança tem que cuidar do seu campo de atuação. E junto com isso eu tinha a opção também de fazer um trabalho de desenvolvimento sustentável regional que a gente tinha iniciado na prefeitura, tentar levar a discussão do território da região, uma vez que, grande parte dos problemas que nós enfrentamos na administração não seriam passíveis de serem solucionados no âmbito exclusivo dos municípios, nem o que eu administrei nem nos demais, tentar levantar essa questão do território. E foi muito interessante porque, quando agora a gente chega à fundação essa experiência me valeu muito porque a discussão do desenvolvimento sustentável regional, de novas institucionalidades além das formais que são necessárias para desencadear um processo como esse. E como eu atuei nesse período como voluntário, eu fazia meus bicos com projetos, com capacitação de educadores, com cursos de capacitação de formação para diversas áreas das prefeituras. Eu ganhava a vida com isso e, no projeto de desenvolvimento territorial, de desenvolvimento sustentável, eu era voluntário. E foi muito enriquecedor também essa dinâmica de tentar levantar uma bandeira que não existia, criar essa idéia do território, construir uma identidade regional, mobilizar a todos os mais diversos do setor público, do setor produtivo da sociedade civil, com todas as dificuldades naturais desse processo.

P1 – Pode fazer _____ de localização assim. Nessa época que você é Prefeito de Paracatu qual o número de habitantes da cidade, mais ou menos?

R – 80 mil habitantes.

P1 – E você falou, é o Rio Paracatu, faz parte ali da região, dessa região que vocês trabalhavam. E o que quer dizer Paracatu?

R – Paracatu, o registro é que vem do tupi-guarani de “pira catu” que é “peixe bom”, “peixe gostoso”. Então a ideia era assim, era de um rio piscoso, rio do peixe bom. E deriva para Paracatu, que também no tupi-guarani pode ser, para é “rio”, “grandes águas”. Com o que varia, como que deriva eu não sei explicar.

P1 – São as duas _____. E aí, dentro desse projeto de desenvolvimento sustentável, qual é a região que está sendo abrangida por esse projeto que você atuou como voluntário?

R – Esse projeto na verdade foi interrompido. Ele vem sendo retomado nos últimos anos, mas era a bacia do Rio Paracatu. São 19 municípios que compõem a bacia. E é muito interessante um território definido por uma bacia hidrográfica. Tem toda uma história de cidadania pelas águas, de você trabalhar a questão das águas junto com todas as demais. Assim, o componente ambiental se insere de imediato porque você está se referindo a uma bacia. Então aí o econômico, o social, o político, o cultural, são componentes desse ambiente que é definido com a componente ambiental sendo ressaltado em função do território ser a bacia.

P1 – E aí você falou que você leva a experiência da atuação nesse movimento pra fundação. Em que circunstâncias que se dá sua ida para a fundação?

R – Bom, eu saio da prefeitura e dois anos depois me candidato a Deputado Estadual novamente e fico como suplente. Não me elegei e fiquei como suplente na bancada. Aí, depois dessa campanha, eu tinha uma necessidade vital de encontrar uma fonte de sobrevivência porque a candidatura deslocou todo o ambiente de relacionamento que me permitia fazer alguns trabalhos e isso se desarticulou no período da campanha. Eu tinha que rearticular e definir alguma atividade pra ter renda. Não tenho patrimônio nenhum, nunca tive, nunca consegui juntar nada. Então eu tinha que trabalhar pra por comida dentro de casa. Aí o quê que nós temos, a opção primeira e a qual eu tinha de fato que resolver é o seguinte: eu ia voltar ou não para o banco. Eu estava licenciado do banco, a minha licença se esgotando, eu tinha que tomar essa decisão. Aí, a primeira coisa que eu pensei foi o seguinte: “Olha, no banco, eu posso voltar pra lá, mas eu não consigo voltar pra linha de frente de uma agência”. É uma agressão assim fantástica a tudo que eu vinha fazendo nos últimos anos, tudo que eu construí. E apesar de respeitar e entender muito bem o trabalho dos meus colegas do Banco do Brasil, mas aquilo era muito pra mim, eu não ia dar certo, não ia conseguir fazer. Aí, comecei a discutir com o pessoal do banco a possibilidade de reingresso, e com todo esse vínculo com a fundação desde antes. Eu já conhecia muito bem a instituição e sabia que lá eu poderia dar uma contribuição efetiva, ia me sentir bem profissionalmente e ia conseguir dar uma contribuição. Aí, começaram essas discussões para construir essa possibilidade. Como era início de uma nova gestão, Governo Lula, isso favoreceu o trânsito pra chegar até a presidência do banco, porque o nosso cargo, a diretoria da fundação, o Presidente do banco nomeia, ou o Presidente da fundação indica para o Conselho Curador da fundação e o Presidente dela nomeia os dois diretores que compõem a diretoria da instituição. Isso tudo em concordância, negociação com a diretoria do banco e com a aprovação do Conselho Curador e do Ministério Público que fiscaliza, que gere as fundações como a Fundação Banco do Brasil. Então, foi nesse contexto de retorno ao banco e encontrar um espaço onde eu pudesse atuar e aproveitar esse conhecimento, essa bagagem da nossa trajetória social e política.

P1 – E, Paraca, você já conhecia o Jacques?

R – Já.

P1 – Como é que vocês se conheceram?

R – O Jacques foi administrador regional em Brasília no Governo Cristovam Buarque. Então por dois anos... Não, antes disso eu já conhecia o Jacques no movimento sindical bancário. Eu atuava no sindicato em Belo Horizonte e tinha, era muito comum ter eventos regionais, eventos nacionais dos bancários, do Banco do Brasil em particular, dos bancos públicos, e havia uma grande discussão da natureza do papel dos bancos

públicos, que a gente participava desse debate. Assim, em muitas ocasiões eu encontrei o Jacques nesse ambientes. Depois, aí já eu volto pra Paracatu, essa história toda, e o Jacques vira Administrador Regional no Governo Cristovam Buarque. Dessa forma, por dois anos eu fui Prefeito em Paracatu e o Jacques Administrador Regional no Governo Cristovam. Também foi um outro momento de encontro, de contato, apesar de não ser direto, mas nós fizemos muitas ações articuladas com o Governo Cristovam aqui em Brasília, porque a área de influência de Brasília alcança Paracatu. Apesar de ser Minas, desde a construção da capital, a rodovia passa em Paracatu e já começa a migração de um contingente elevado de filhos de Paracatu em Brasília que vieram desde a construção da capital. Assim, os vínculos sempre foram muito fortes. Como tinha um governo do Partido dos Trabalhadores em Brasília e um em Paracatu, e Paracatu era a cidade com administração do PT mais próxima de Brasília, geograficamente. Então tinha muita conversa, muitos encontros em Brasília. Toda cidade que se queira fazer uma boa gestão precisa relacionar com os ministérios, com os programas do Governo Federal que é onde de fato tem possibilidade de você desencadear uma série de ações para melhorar a qualidade de vida da população. Assim, tinha essa proximidade cultural também, além da política, com Brasília, e nesse ambiente também eu encontrava com o Jacques em vários momentos. E, depois do Governo Cristovam, o Jacques vai para o GAREF [Gabinete do Representante do Funcionalismo do Banco do Brasil], que era o Gabinete, como era o nome? Era representação dos funcionários do Banco do Brasil no Conselho de Administração do banco, um diretor eleito pelos funcionários. Aí, o Jacques foi pra Assessoria do GAREF, e nós acabamos também tendo muito contato nesse período em função de instruções do banco que vez, vez por outra não, sempre. Nós também, nós nunca tiramos o pé do banco. Em todos os ambientes por onde eu passei o vínculo com o Banco do Brasil sempre foi preservado, em todos os mandatos. Quando eu estava na prefeitura, eu tive vários assessores do banco. Meu Chefe de Gabinete era do banco, o Secretário da Fazenda era do banco, e tinha diversos outros vínculos associados ao Banco do Brasil.

P1 – Bom, então, que ano que vocês assumem o comando da fundação?

R – 2003, final de março de 2003.

P - E aí quais são os desafios que você tem como Diretor Executivo, né?

R – Isso. Olha, o primeiro desafio, a primeira constatação que nós fizemos é assim, de um lado é que tinha muita coisa positiva a ser feita na fundação. A história da fundação é uma história bonita, é uma história com muitas conquistas, com muitas realizações, com muitos feitos significativos em várias áreas. E a gestão que nos antecedeu tinha feito uma grande contribuição no sentido de trazer as grandes questões colocadas pelo Terceiro Setor no Brasil para a fundação. Então o processo de constituição dos programas da fundação, deixar de ser ações esparsas, episódicas, sem uma linha claramente definida, ou seja, construir a ação da fundação através dos programas. Isso foi um grande avanço, não se restringe à gestão que nos antecedeu, já tem uma história de constituição dos programas que vêm de antes, mas a última gestão anterior à nossa consolidou isso, imprimiu essa marca clara do planejamento e da ação através dos programas que foram então construídos. E isso teve um reflexo muito grande também na relação com o banco porque de alguma maneira interrompeu um vínculo e um contato permanente da rede de agências do banco com a fundação. Porque se você acabou com aquela possibilidade de apresentar livremente projetos para a fundação, isso já era de alguma maneira muito presente em várias agências do Banco do Brasil no país inteiro, você cortou essa fonte de contato, essa possibilidade de interação. Os programas restringiram muito essa possibilidade. Em vários deles, isso estava praticamente eliminado. Isso teve um impacto para dentro do banco que refletiu num distanciamento da fundação com o banco de uma maneira geral. Então de um lado nós percebemos que tinham avanços respeitáveis, importantes, na organização dos programas, no próprio conteúdo temático, inclusive na abordagem. Tinha o Banco de Tecnologias Sociais que nós achamos assim fantástica a proposta e o respeito pela cultura, pelas iniciativas que nascem da sociedade, essa discussão entre o saber popular e o saber científico, o saber acadêmico. Assim, há avanços grandes de um lado e dificuldades do outro, em particular dificuldades na relação com o banco. Por isso, nós achamos que a gente precisava cuidar disso, ou seja, o vínculo da fundação com o banco precisava ser pensado e precisava tomar iniciativas para recuperar essa relação de pertencimento, não só da fundação com o banco, mas do banco reconhecer na fundação um instrumento efetivo dele mesmo, de ação do banco, importante para o banco, como um todo pra sua imagem, pro seu trabalho e pra essa ação inclusive de relacionamento com os funcionários. O banco que tinha há pouco tempo sido a grande referência dos comitês de solidariedade da campanha contra a fome do Betinho não podia desprezar esse potencial que não se restringia a isso, já conhecido, de ação social, de participação social do corpo funcional do Banco do Brasil, que também é forte na sua história, é forte na história do país. O Banco do Brasil, historicamente, sempre produziu grandes quadros na política nacional, na ação social nacional. Muitos não ganharam visibilidade, ficaram restritos às suas comunidades e tal, mas muitos ganharam projeção nacional, e os comitês de solidariedade era o último exemplo marcante disso.

P1 – Comenta o quê que foi o comitê de solidariedade. Foi uma ação muito importante.

R – Isso. Quando o Betinho lança a Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria e pela Vida, o grande nome da campanha do Betinho, ele provoca então que a sociedade precisava se organizar em comitês, ou seja, a solidariedade precisava se organizar nos locais de trabalho das pessoas, onde as pessoas estão presentes, interagindo, e isso teve uma acolhida muito grande essa proposta, nas estatais, e dentre elas no Banco do Brasil. Foi assim como um rastilho de pólvora no banco. Os comitês começaram a se organizar em todo o território nacional e virou de fato uma grande referência da Ação da Cidadania. Assim, os comitês do banco inclusive evoluem da ação emergencial para uma discussão mais estratégica de pensar a sociedade, coisas que redundaram por exemplo no COEP [Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela vida], que é um comitê de organização dessas ações de natureza pública e no âmbito das estatais com a participação efetiva do corpo funcional das estatais. Isso marca o Banco do Brasil também porque o banco em si, através dos seus funcionários, recupera um espaço de discussão, de formulação, de proposição social e política que sempre esteve muito presente na instituição e que nos anos do regime militar isso em grande medida foi sufocado também. Essa participação dos funcionários do Banco do Brasil ficou diminuída no período da ditadura. E o comitê, a Ação da Cidadania e os comitês recuperaram isso, promovem, e criou-se uma dinâmica muito importante.

P1 – Já na gestão atual que vocês estão tendo, você e o Jacques, tem algum alinhamento, direcionamento com o grande programa do Governo Lula que é o Fome Zero?

R – É, no começo a gente dizia isso, ainda falamos no alinhamento estratégico com o programa Fome Zero, mas isso já, de alguma maneira, também era algo muito presente nas gestões da fundação, isso não era novidade, de associar com ação social do Governo.

P1 – Está dentro de uma estrutura macro.

R – Em função do Governo ser o principal acionista do banco. O banco tem essa dualidade. Em alguns momentos, o banco é encarado, entendido como público, num outro não é, é privado. Mas inquestionavelmente o banco é público porque o governo é o principal acionista. E, portanto, a própria fundação tem um questionamento jurídico ainda não esclarecido, não resolvido, se ela é pública ou é privada, de natureza pública ou privada. Isso não está ainda plenamente esclarecido. Mas esse alinhamento veio então, no meu entendimento, na esteira do que já era convencional. O Governo propõe algumas diretrizes, não faz isso formalmente pra fundação, mas a fundação analisa as ações governamentais nas políticas públicas e tenta, nos seus programas, incorporar ou contribuir com algumas dessas políticas públicas. O próprio Homem do Campo, eu percebo isso no programa Homem do Campo, uma tentativa de articulação com diversos programas governamentais que diziam respeito ao Homem do Campo. A intenção do programa de fato era esta, era conceber uma ação que permitisse aos diversos programas governamentais, seja do Governo Federal, dos governos estaduais, das prefeituras, se integrarem num mesmo ambiente para promover a melhoria da qualidade de vida do homem do campo, teve um sucesso relativo com esse fim. Mas então o alinhamento com o Fome Zero é algo muito natural, e eu cheguei a afirmar em vários momentos que a Fundação Banco do Brasil sempre fez Fome Zero, desde o seu nascimento. Não era um corte ali e dali pra frente tinha um grande diferencial. Na verdade, o programa Fome Zero como tinha a proposta de ações específicas, ações emergenciais e ações estruturais, a fundação optou por atuar no eixo estrutural que exatamente em ações para promover geração de trabalho e renda, algo que ela já fazia, mas nós optamos assim por concentrar esses esforços, por redirecionar esses esforços e dar foco. Resolvemos focar então na educação e geração de trabalho e renda com a utilização das tecnologias sociais. A participação no Fome Zero tem essa orientação.

P2 – O Banco de Tecnologia Social e as tecnologias sociais desenvolvidas nesse processo vêm da gestão anterior, mas existe uma continuidade neste sentido. E com esse elemento do Fome Zero também, acho que pra intensificar a atuação vocês criam as cadeias produtivas, é isso?

R – Exato.

P1 – Você poderia falar um pouquinho sobre isso?

R – Sim. A continuidade não se restringe ao Banco de Tecnologias Sociais. Na verdade, os programas permaneceram praticamente todos. Alguns foram concluídos, mas concluídos entendendo que o ciclo de vida do programa estava concluído, e alguns, dois que estavam, um nascendo, que na verdade ficou assim, não foi nem extinto, está na geladeira. Uma proposta muito interessante, mas não está no foco atual da fundação, que é o programa Diversidade. E o programa Justiça Itinerante que foi repassado para o banco, pro banco avaliar se tinha interesse de dar continuidade ou não. Os demais programas permanecem e tem um programa novo que é o programa Estação Digital. Mas, qual era a sua pergunta?

P1 – Cadeias produtivas.

R – Cadeias produtivas. Bom, as cadeias produtivas é uma tentativa de também responder a necessidades que já estavam presentes nas gestões anteriores, que é relação com os órgãos de fiscalização e de controle. Isso não é só do setor público e nem é só do Terceiro Setor. É uma cultura que vem se impondo onde você precisa, ao aplicar recursos públicos, demonstrar os resultados efetivos da aplicação desses recursos. Quando você trabalha de forma descentralizada e pulveriza ações, você tem naturalmente muita dificuldade de mensurar resultados. E pra você também alcançar sucesso nessa proposta de gerar oportunidades de trabalho e ampliação da renda é preciso cuidar, uma vez que se trata de produção, é preciso incorporar a lógica da cadeia produtiva porque o mercado funciona assim. Você tem que pensar, não basta pura e simplesmente apoiar uma iniciativa que diz respeito à produção sem pensar na gestão desse processo, sem pensar na agregação de valor, pensar em toda a cadeia produtiva da produção ao armazenamento, ao transporte, à agregação de valor, a distribuição e a comercialização. Logo pensar na lógica da cadeia produtiva, atuar na lógica da cadeia produtiva é ser responsável e consequente com aquilo que você está se propondo a fazer, que é criar oportunidades de trabalho, de ocupação e de ampliação da renda dos pequenos produtores no país. Assim, incorporar a lógica da cadeia produtiva foi algo também natural fruto dessa reflexão pra você ser consequente e para conseguir de fato resultados que pudessem ser apresentados e comprovados, e também porque nós acreditamos, como muitas outras organizações no país, que é preciso incorporar as técnicas de gestão com esses públicos excluídos, de baixa renda, que não tiveram oportunidade de passar pela educação formal e que portanto, não aprenderam as técnicas de gestão, de administração de empreendimentos, e se trata efetivamente de empreendimentos. São solidários, são sociais, mas são empreendimentos, e que precisam, dessa forma, serem geridos e que precisam dar resultados, e para que se chegue à uma renda adicional para as famílias dos agricultores familiares, dos pequenos produtores, sem esses elementos, sem esses instrumentos dificilmente a gente teria sucesso. Logo é uma reflexão que já estava colocada para muitas organizações, para muitos setores mesmo do movimento social que nós, ao refletir, ao pensar estratégia de intervenção, adotamos e tem, apesar da novidade e disso ter mexido muito na estrutura de funcionamento da fundação. Porque trabalhar com essa lógica quer dizer o seguinte: você vai ter que mudar também a sua relação com o seu público alvo, com as pessoas e organizações que estão interagindo com a fundação. Antes a fundação ficava muito, se restringia a receber propostas, analisar propostas e deferi-las ou indeferi-las. Aquelas que receberiam o apoio da fundação tinham e continuam tendo toda uma normatização na aplicação, na utilização, no controle, na segurança de que o recurso está efetivamente sendo aplicado, mas não possuíam uma relação de compartilhamento do processo. Com a adoção das cadeias produtivas, nós passamos a compartilhar com os nossos parceiros a implantação dos projetos, a concepção, pra tentar dar essa garantia de que nós vamos alcançar resultados concretos, ou seja, benefícios efetivos para as comunidades que são parceiras da fundação.

P1 – Você chega a acompanhar alguma comunidade, chegou a ir no local, conversar com as pessoas?

R – Muitas, muitas.

P1 – Como que eles têm recebido esse novo jeito, esse novo paradigma de fazer?

R – Primeiro, há uma grande valorização daqueles que percebem a dimensão do que está sendo feito que é assim, a valorização da articulação, ou seja, muitas organizações não conseguiam dialogar com outros parceiros, sejam governamentais ou não governamentais. E a presença da Fundação Banco do Brasil permite o diálogo, traz os parceiros possíveis, interessados num determinado projeto para uma mesa, socializa as dificuldades, os problemas, socializa o sonho, o desejo, aquilo que se quer alcançar, e esses parceiros então passam a tentar articular ações conjuntas. Assim, em muitos ambientes os nossos parceiros finais valorizam muito essa iniciativa porque eles não tinham instrumentos que permitiam isso acontecer antes. Além disso, essa relação de presença, a interação efetiva na ponta é algo também que tem pra eles um valor muito grande porque você sai da relação formal e fria de uma relação institucional para uma relação pessoal. É natural, você quebra a formalidade e você cria empatia, você passa a dominar efetivamente, conhecer mais de perto aquela comunidade, não só seus problemas e dificuldades relacionadas aos projetos, mas você incorpora outras dimensões humanas, afetivas, emocionais. Assim, isso traz uma dinâmica nova. Além do conceito em si, da ação com a cadeia produtiva, tem todos esses desdobramentos na medida em que você entra em contato e as relações deixam de ser puramente formais e incorporam essas outras dimensões que de fato dão uma qualidade nova para a relação.

P1 – Agora, o que também é forte na gestão atual é a respeito a tecnologias sociais. Então, assim, eu queria que você falasse um pouco do que você acha de interessante, o que que te apaixona em tecnologias sociais. E tem um grande investimento da fundação na reaplicação. Qual a importância desse investimento na reaplicação?

R – O conceito de tecnologia social é um conceito que a Fundação Banco do Brasil se associa a ele e contribui efetivamente na sua afirmação. Se hoje o conceito ou o termo tecnologia social tem a visibilidade que tem e entra na discussão, passa a ser considerado inclusive como uma possibilidade de contribuição com políticas públicas, eu não tenho dificuldade em afirmar que isso se deve a uma contribuição efetiva da fundação, que abraça, promove, amplia a discussão. Sair da concepção original do banco de tecnologias sociais como um banco onde você acessa o conhecimento, ou seja, inicialmente se propunha a difusão do conhecimento, ou seja, não precisa inventar a roda. Você tem um problema numa comunidade. Antes de tentar resolvê-lo porque não procurar saber como que outras comunidades resolveram aquele mesmo problema, sendo que certamente muitas já resolveram? E muitas resolveram de forma inusitada, criativa, construindo soluções adequadas às condições daquela comunidade. Então eu acho que isso é muito interessante. Mas além de difundir o conhecimento e até pra ser mais eficaz na difusão do conhecimento, nada melhor do que apoiar a reaplicação. Talvez aí seja a contribuição maior da nossa gestão no que diz respeito à afirmação desse conceito de tecnologia social, que é difundir o conhecimento através da reaplicação prática, efetiva, nas comunidades, ampliar o acesso na medida em que você tem experiências sendo reaplicadas em várias áreas do território nacional facilitando assim que esse conhecimento não fique sendo puro e simplesmente um conhecimento que está num banco virtual que pode ser acessado pela Internet ou através das publicações, mas ele pode ser acessado na prática, indo visitar, conhecer de perto a aplicação de uma outra tecnologia social. Essa história de compor o saber popular com o saber científico e acadêmico é também muito interessante porque faz parte da estratégia do trabalho da fundação nos últimos anos que é valorizar o conhecimento popular. As comunidades precisam recuperar a compreensão de que eles detêm conhecimento, que eles sabem fazer as coisas e que não dependem exclusivamente ou totalmente de uma assistência externa, seja ela técnica, gerencial. Quer dizer, tem muito o que aprender sempre, todo mundo tem, mas todo mundo também sabe muito, e as comunidades detêm um saber que precisa ser valorizado, precisa ser recuperado por eles próprios. Então trabalhar com tecnologia social também tem esse componente de valorizar e de resgatar o conhecimento importante que vem sendo perdido ao longo do tempo em função da supervalorização da técnica, do saber científico instrumentalizado, e é um outro componente presente também nesse trabalho que a mim pessoalmente agrada muito.

P2 – A fundação comemora os seus 20 anos e há um trabalho em parceria com o Museu da Pessoa, a elaboração de uma tecnologia sobre a memória. De onde surgiu essa demanda? Como é que a fundação se interessou nessa proposta de criar uma tecnologia social da memória também a serem aplicadas?

R – Tem uma relação direta com o Presidente da fundação e com a minha diretoria. O Jacques também é formado em História e num determinado momento nós falamos: “Nós vamos passar por aqui e não vamos deixar nem uma contribuição específica mais relacionada com o nosso perfil, com a nossa história?” E aí a questão da memória ganhou relevo. Já tinha um programa, tem o Programa Memória, com uma ação muito importante, mas específica, voltada para o resgate da memória, da contribuição deixada por importantes vultos passados aí pela história nacional. Nós pensamos numa ação que pudesse ser também mais específica e contribuisse com essa estratégia geral da fundação de fortalecimento das organizações, de apoio efetivo a esse saber que vem sendo construído pelas organizações, pelos movimentos. Então o Projeto Memória Documental nasce com esse propósito de resgatar a memória não exclusivamente de figuras públicas importantes e que tem muito que se fazer ainda nesse sentido no Brasil, mas também de resgatar a memória dos movimentos, das organizações que, como grandes vultos, deram também a sua contribuição, dão a sua contribuição efetiva no desenvolvimento nacional. Assim é uma tecnologia que pretende ser disponibilizada para esse público que é o público da fundação. No Brasil, se sabe bem, as organizações em geral trabalham muito mal o registro, a memória, e muito se perde em função disso. Logo é uma tentativa de incorporar nas tecnologias sociais uma tecnologia que responda a essa necessidade, e nada melhor do que começar por nós que temos uma história importante, rica, com grandes contribuições já proporcionadas ao desenvolvimento nacional há muitos anos, e 20 anos é um símbolo, é um marco. E aproveitar então esse momento pra compor também essa estratégia com o banco. O Banco do Brasil, como instituição muito grande, com muitas pessoas, com a presença em todo o território nacional, tem uma dimensão muito grande. E o banco, em função dessa dimensão, e por fazer tanta coisa também, por ter tantas ações distintas, tantas empresas que compõem o conglomerado Banco do Brasil, o banco conhece pouco a fundação Banco do Brasil. Então, a memória documental da Fundação Banco do Brasil é também uma tentativa de proporcionar ao público interno do Banco do Brasil um conhecimento da sua fundação. E esta necessidade certamente vai ser atendida em outras circunstâncias, com outras organizações que precisam fazer com que o seu legado seja reconhecido por públicos de relacionamento dessas organizações em movimentos sociais e o público brasileiro em geral, resgatando então a

memória de agentes importantes que não são indivíduos, não são pessoas, mas são movimentos, são organizações que deram a sua contribuição para o desenvolvimento do país.

P2 – Essas seriam as expectativas com relação à implantação da tecnologia social da memória ou existem outras também?

R – Não, é exatamente isso. Evoluindo essas ações, o Programa Memória Documental pode derivar em outras ações, em outros produtos, mas sempre com esse propósito de recuperar a memória social de organizações, movimentos que fazem tanto, contribuem tanto e não são percebidas na dimensão que deveriam ser percebidas, como organizações, movimentos que ajudam de fato a plasmar e definir a identidade brasileira como ela é. Nós teríamos quantas organizações, movimentos, pra citar, que precisam de um resgate? Assim, pra falar uma, pra gente não abrir tanto. Mas a Pastoral da Criança, por exemplo, faz um trabalho importantíssimo, bellissimo, de uma efetividade no apoio ao combate à mortalidade infantil dentre outras ações, mas muito pouco ainda percebido, conhecido, reconhecido. Então, uma memória documental aplicada à Pastoral da Criança, por exemplo, seria um grande feito para o Brasil, não só para a Pastoral da Criança ou para as pastorais sociais da Igreja Católica, mas é para o Brasil. E exemplos como esse a gente poderia citar inúmeros outros.

P1 – E até mesmo do registro de saber fazer, dessa experiência acumulada, desse conhecimento acumulado, de como lidar com desnutrição infantil, _____

R – Exatamente. A bagagem, o legado que essas organizações deixam como tecnologias sociais que elas desenvolveram. Todas elas desenvolveram tecnologias sociais no seu percurso, algumas mais, outras menos sistematizadas, mas sempre tecnologias sociais que resultaram em benefícios sociais e públicos. Assim, esse componente da tecnologia social também está presente. Quando você resgata a história de uma organização, de um movimento, você está também resgatando as tecnologias sociais por eles desenvolvidas.

P2 – Você poderia contar pra gente a importância nesse sentido de cadeias produtivas, de tecnologia da memória, tecnologia social dos projetos que deram continuidade, esse projeto de Estação Digital foi fundamentado por essa gestão. Desse contexto todo de grande atuação da fundação, qual a importância que ela tem no desenvolvimento social do Brasil?

R – Olha, a gente precisa reconhecer que em termos quantitativos ainda é muito pouco pelas dimensões do país, dimensões territoriais e dimensões dos problemas. Mas a grande contribuição eu entendo que é nesse aspecto da formulação, da articulação e de apontar para o Terceiro Setor alguns caminhos. Ou seja, hoje quando se discute responsabilidade social, empresarial ou responsabilidade sócio-ambiental, e nós sabemos que o potencial de impacto positivo que as empresas têm, se adotam e aprofundam esses compromissos, é muito grande. Então a Fundação Banco do Brasil, na medida em que ela traduz essa responsabilidade social em programas que tenham a extensão do que nossos programas têm, abrangentes na medida das nossas possibilidades, nós estamos dando uma contribuição efetiva para demonstrar que se a responsabilidade socioambiental das empresas adquirem esse grau de compromisso, de independência inclusive, e de não instrumentalização para promover o negócio da empresa, pode até ter um ganho de imagem natural nesse processo, mas isso não pode ser o que motiva a ação da responsabilidade socioambiental das empresas. Por isso, eu acho que a nossa contribuição se insere nesse contexto de compreender a responsabilidade que as empresas têm para ajudar a equacionar os problemas sociais do país. E, uma vez que, quantitativamente tem-se muito o que se fazer, mas tem uma qualidade, tem um processo de acúmulo, e aí nós temos que reconhecer todo o esforço de todos os que passaram pela Fundação Banco do Brasil até hoje, e comendo, construindo esse legado que hoje é o que a fundação registra, acumula nos seus 20 anos de atuação. Eu acho que o grande legado seria esse.

P2 – Você comentou que um dos grandes desafios que essa gestão teve foi o relacionamento com o Banco do Brasil, a relutância desse relacionamento. Poderia falar mais como é que atualmente está, quer dizer, do momento que vocês assumiram até agora como é que se deu esse relacionamento, as melhoras ou as dificuldades que aconteceram e pra que caminho isso aponta?

R – Olha, se avançou muito. Se a gente considerar o momento em que nós chegamos na fundação e o grande desconhecimento para o público interno das ações da fundação para o momento atual que nós estamos vivendo, nós avançamos muito. A fundação hoje ganhou visibilidade não só para o público interno do banco como para o público externo, e ganhou visibilidade nas suas ações efetivamente, muito menos efeito de uma comunicação bem feita, de um trabalho de mídia bem feito e mais de fazer uma intervenção onde o fazer da fundação se aproxima do fazer do Banco do Brasil e com isso ganha possibilidade efetiva de influenciar o fazer do Banco do Brasil. E nós temos resultados ou ações que, se não têm esse vínculo direto, no processo nós contribuimos, como a implantação do Programa de Desenvolvimento regional sustentável do Banco do Brasil, que é uma nova estratégia do Banco de recuperar a sua ação histórica de fomento, de promoção do desenvolvimento em pequenas comunidades, uma ação que se assemelha muito com uma ação da Fundação Banco do Brasil nesse momento. Além disso, a própria estruturação da responsabilidade social no Banco do Brasil com a criação de uma diretoria específica para cuidar disso, o trabalho com voluntariado que o Banco também promoveu, institucionalizou. Então assim são muitas e muitas ações que, às vezes, você não consegue dizer de onde que o vetor passa, se ele sai da fundação e vai pro banco ou se sai do banco e vem pra fundação. O certo é que esse ambiente de relacionamento foi alterado substancialmente e está permitindo um diálogo efetivo onde a Fundação Banco do Brasil tem uma contribuição para dar ao banco na medida em que o banco se preocupa em não restringir a sua ação de responsabilidade socioambiental às ações da fundação. Na medida em que o banco incorpora no seu fazer essa dimensão, ele enxerga na Fundação Banco do Brasil uma cultura, um conhecimento que pode lhe ser útil e que é da casa, é fruto das interações recorrentes do banco com a fundação ao longo da sua história e que portanto ele tem uma riqueza muito grande à sua disposição na própria Fundação. O ambiente hoje é um ambiente muito bom que aponta para o aprimoramento dessa relação, uma relação delicada porque a fundação tem autonomia, é um órgão que não é como as outras diversas empresas coligadas do Banco do Brasil. A fundação é do banco, mas por ser fundação ela tem autonomia, e o Ministério Público cuida dessa relação, fiscaliza, zela por essa relação de independência, de autonomia da fundação. Assim, é sempre delicado porque envolve muitas outras questões de muitas naturezas distintas, mas no geral o caminho apontado é um caminho de respeito mútuo, de valorização desse trabalho, desse conhecimento, desta natureza da intervenção da fundação e de uma interação que se aprimora com o tempo, com diversas outras áreas de interesse do banco.

P1 – Bom, felizmente a gente está encerrando a entrevista. Eu vou fazer a última pergunta, Paraca. O que você achou de ter passado essas duas horas aqui com a gente olhando a sua trajetória de menino lá de Paracatu a Secretário Executivo da fundação, enfim, como é que você viu esse momento de você estar registrando a sua história?

R – Isso é muito legal. Eu acho que é um momento único. Eu nunca havia feito uma análise como essa, pelo menos com essa consistência, dedicando esse tempo e tentando associar, vincular e de fato perceber a trajetória, perceber a linha, recuperar influências, de onde veio o prazer por isso, por aquilo, uma dedicação, como é que a nossa vida vai sendo delineada, vai sendo construída por todos esses fatores. E a grande maioria deles se a gente for recuperar, for perceber, têm um cunho de emoção, de afetividade, que são decisivos nas escolhas, nas opções que nós vamos fazendo ao longo da vida. Eu tenho é que agradecer o momento, a oportunidade de reconhecer que a minha passagem pela Fundação Banco do Brasil, chegar até aqui com essa responsabilidade, com essa tarefa toda, isso nos dá muita alegria e eu tenho certeza que nós estamos deixando também uma contribuição nessa história que continua e a gente espera que possa continuar sendo aprimorada, possa continuar se qualificando para que o trabalho da fundação possa também ter uma qualidade sempre crescente e os resultados sejam aqueles que a gente sempre acredita, espera e deseja, que é contribuir de fato para melhorar a qualidade de vida de tantas e tantas pessoas, comunidades que estão infelizmente aguardando uma organização como essa que as percebam, que as descubram e que se aproximem delas, que as valorize e que estabeleça com elas uma relação de parceria. Ter parceiros como a Fundação Banco do Brasil é sempre desejável, e nós esperamos que muitos outros parceiros dessa natureza surjam para que a nossa história como país possa ser aprimorada e possa derivar para relações mais saudáveis, até chegar ao ponto, quem sabe, desejável, possível, que não precisará mais de instituições como essas porque esses problemas já estariam solucionados. Então as instituições estabeleceriam pra si outras demandas mais refinadas, relacionadas não mais talvez ao imediato, à sobrevivência, ao básico da dignidade humana, mas cuidasse de outros elementos mais refinados que dizem respeito à evolução do espírito, da consciência, do patrimônio e talvez do prazer estético, afetivo, que a gente precisa tanto também evoluir. Mas o sentimento é de gratidão pela oportunidade, muito obrigado.

P1 – Eu é que agradeço. Em nome da Fundação Banco do Brasil e do Museu da Pessoa, agradeço demais a sua contribuição. Obrigada.

R – Falou.

P2 – Obrigado.